

RELAÇÕES ENTRE PAIS, MÃES E FILHAS(OS) EM FAMÍLIAS CAMPONESAS: MEMÓRIAS DE INFÂNCIA

Marilda Aparecida de Menezes¹

RESUMO:

Neste artigo pretendemos analisar as memórias de infância de homens e mulheres de famílias camponesas, observando as narrativas de sentimentos e relacionamentos entre pais, mães e filhas (os). O trabalho da memória é de grande importância para a demarcação de identidades individual, familiar ou do grupo e se expressa na forma como as pessoas relatam sobre suas vidas. A ética do trabalho emerge nas narrativas de homens e mulheres como um símbolo de identidade, que garante uma continuidade entre o passado da infância, o presente enquanto trabalhadores dignos e honrados e o futuro de seus filhos, cuja socialização também se orienta pela ética do trabalho. A narrativa sobre o trabalho na infância é tecida em um entrelaçamento de memórias e diversas experiências de relacionamentos com pais, mães e madrastas. Homens e mulheres, às vezes, associam o trabalho na infância ao carinho dos pais e mães pelos filhos e, outras vezes, às lembranças do pai “carrasco” ou da madrasta que maltratava os enteados. Utilizamos a metodologia da história oral para compreendermos a relação entre o vivido e o narrado ou rememorado. O artigo é baseado em pesquisa realizada no período de 2001-3 no âmbito do Projeto “Memórias de homens e mulheres em famílias camponesas”, em que entrevistamos 34 pessoas (pequenos proprietários e rendeiros), sendo 25 mulheres e 9 homens, com idade variando entre 40 e 80, do município de Fagundes, localizado na mesorregião do Agreste Paraibano, Nordeste do Brasil.

Palavras-chave:

família camponesa; trabalho rural; memória

ABSTRACT:

In this article, our aim is to analyze the men and women childhood's memories in peasant families, looking at the narratives of feelings and relationships between fathers, mothers and sons and daughters. The

¹ Professora de sociologia do PPGCS e da UACS da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

E-mail: marildamenezes@uol.com.br; menezesmarilda@gmail.com

work of memory is important for establishing the boundaries of individual, family and group identities and is expressed in the ways people tell about their lives. The work ethics arises in the men and women's narratives as an identity symbol, which allows the continuity between the past in the childhood, the present as honored workers and the future of their sons and daughters, whose socialization is guided by the work ethics. The narrative about the work in the childhood is intertwined with memories and experiences of the relationships among fathers, mothers and mothers-in-law. Men and women, sometimes, relate the work in the childhood to the care of their fathers and mothers and other times, they evoked the image of a cruel father or mother-in-law. We draw on Oral History Methodology to understand the relation between what happened in the past and what is narrated or remembered. The article is based on research done in the period 2001-3 in the Project: "Memories of men and women in peasant families". We interviewed 34 people, including small holders and renters, twenty-five women and nine men, with age from 40 to 80 years old, in the municipality of Fagundes, located in the Agreste Region, in the State of Paraíba, Northeast Brazil.

Key-words:

peasant family; agricultural work; memory

INTRODUÇÃO

Em entrevistas realizadas com homens e mulheres de famílias camponesas do Agreste Paraibano², observamos que as narrativas sobre as trajetórias de vida recorrentemente se referem a experiência de trabalho na agricultura. As memórias de infância são marcadas pela centralidade do trabalho que concorre com a escolarização e as atividades lúdicas. Os pais e mães contam com orgulho que educaram seus filhos como 'bons trabalhadores', o que lhes confere dignidade na comunidade bem como prepara-os para o mercado de trabalho (MENEZES, 2002).

² Entrevistamos, no período de 2001-3, 34 pessoas (pequenos proprietários e rendeiros), sendo 25 mulheres e 9 homens, com idade variando entre 40 e 80, do município de Fagundes, localizado na mesorregião do Agreste Paraibano, Nordeste do Brasil. Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq com uma Bolsa de Produtividade de Pesquisa no período 2001-2003.

Em pesquisa anterior³, ao analisarmos as narrativas de homens migrantes sobre a iniciação na carreira migratória e suas experiências de trabalho e vida em diferentes espaços sociais e as narrativas das mulheres que ficam sem os maridos, observamos que a noção de “bom trabalhador” é recorrente nos seus discursos. Essa noção emerge como um símbolo da identidade dos homens enquanto trabalhadores no campo e na cidade. Os homens narram sobre as posições nas relações de trabalho do presente e recorrem a sua experiência de trabalho desde meninos. As mulheres ao narrarem sobre as suas concepções de como socializar seus filhos (as), também, relembra a sua infância. A noção de “bom trabalhador” é, assim, construída como um símbolo de permanência e de coerência da identidade de trabalhadores. Associa-se, assim, um tempo passado, presente e futuro.

A noção de “bom trabalhador” é construída no modo de vida camponês, o qual se organiza pela associação entre trabalho, família e terra, entendida por Woortmann (1990) como constituintes do “ethos camponês”. Este modo de vida permanece através da socialização de meninos e meninas, em que se transmite não apenas formas de organização da produção, mas também, valores, concepções, e regras morais. As narrativas evocam o sofrimento na infância, devido a necessidade de trabalhar na agricultura, pois as famílias eram numerosas e o pai e mãe – provedores do lar – não conseguiam dar conta do sustento sozinho (MENEZES, 2002: 188). A iniciação no trabalho ocorre desde tenra idade, em geral aos 7 anos de idade, se constituindo como uma prática social que fundamenta-se tanto na necessidade da cooperação dos braços de toda a família para garantir a sobrevivência quanto é constituinte do processo de aprendizagem associado à transmissão do trabalho como valor que constitui homens e mulheres dignos e honrados em suas famílias e grupos sociais.

A narrativa sobre o trabalho na infância é tecida em um entrelaçamento de memórias e diversas experiências de relacionamentos com pais, mães e madrastas, às vezes, é associada ao carinho dos pais e mães pelos filhos e, outras vezes, às lembranças do pai “carrasco” ou da madrasta que maltratava os enteados. Pretendemos, neste artigo, analisar as memórias de infância de homens e mulheres de famílias camponesas, observando as narrativas de sentimentos e relacionamentos entre pais,

³ Pesquisa realizada entre 1995-6 para a tese de Doutorado, publicada em MENEZES (2002)

mães e filhas (os). Entendemos que o estudo da memória pode se constituir como um instrumento metodológico de compreensão das condições de organização social bem como da experiência social⁴, nos termos tratados por Thompson (1978: 189), de homens e mulheres em famílias camponesas.

As histórias de vida de mulheres e homens fornecem um material rico que contempla não apenas a organização social, mas também valores e regras familiares. História de vida individual é amplamente representativa da experiência do grupo (BENMAYOR, 1994: 14-5; BOZZOLI, 1983; CHAMBERLAIN, 1994: 121; MINTZ, 1960: 39-40, 133-36, 270; THOMPSON, 1988; VAN ONSELEN, 1993). As mulheres e homens relatam sobre fatos que são não apenas relacionados à suas próprias vidas, mas também comuns à outras pessoas na mesma posição social. À medida que contam suas histórias, aspectos de trabalho na terra, trabalho doméstico, educação de crianças, trabalho infantil, ajuda mútua e sexualidade emergem como expressões das experiências individuais e do grupo.

MEMÓRIA E IDENTIDADES

O trabalho da memória é de grande importância para a demarcação de identidades individual familiar ou do grupo e se expressa na forma como as pessoas relatam sobre suas vidas. Os estudos acerca da memória nos remetem às pesquisas de Bérgeon e de Halbwachs (BOSI, 1987: 5-30). O primeiro, defende em sua teoria que a memória se constitui a partir da conservação do passado. Para ele, o homem teria

⁴ A noção de experiência tem como eixo central o lugar dos homens na história, tanto em suas formas de pensar como de agir. Não se trata de uma prioridade do indivíduo sobre as condições históricas e sociais, mas entender que os homens e mulheres elaboram a nível tanto do pensamento quanto das práticas sociais as determinações das relações produtivas. Esta perspectiva não pretende negar a importância da determinação econômica como teoria, mas antes questionar esta teoria frente a contextos empíricos específicos. Assim a noção de experiência abre possibilidades para pensar articuladamente a cultura e a história, onde as experiências sociais são vivenciadas como sentimentos e estes são expressos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores (SILVA & MENEZES, 1999)

dois tipos de memória, que estariam constantemente em relações conflituosas: a memória hábito, que compreenderia os mecanismos motores, que ocorrem a partir do esforço de atenção e pela repetição de gestos ou palavras; É devido a memória hábito que o indivíduo conhece e domina ações básicas do cotidiano, tais como escrever, dirigir, modos educados de falar ou comer e assim por diante. A memória-hábito é elemento constituinte do processo de interiorização da cultura no indivíduo. Outro tipo é a memória-lembrança, que de forma evocativa traz à tona situações já vividas, porém de formas singulares não repetidas. Estas ocorriam independentes de quaisquer hábitos. A lembrança surge como imagem nas mais profundas regiões do inconsciente individual; são originárias destas os sonhos. Para Bérghson, as imagens que se produzem num sonho localizam-se em áreas espiritualmente livres, formando o mais puro tipo de memória. A proposta de Bérghson consiste numa tentativa de atribuir à memória/lembrança um caráter subjetivo, puro, espontâneo e conservado. Portanto, para esse autor a memória se mantém como conservação do passado e de forma inconsciente.

Halbwachs (1990), em outra perspectiva, entende a memória como resultado da relação dos indivíduos em seus grupos sociais. Ao invés de estudar a memória em si, isolando no indivíduo e colocando-a cada vez mais distante do social, Halbwachs propõe-se a analisar os “quadros sociais”. A lembrança individual passa a estar relacionada com os grupos e instituições às quais o indivíduo pertence, sendo estes a família, a classe social, a escola, a igreja, ou o trabalho. Diante disso, o que se percebe é que quando lembramos é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar, pois na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado. Este autor considera que a menor alteração do ambiente atinge a qualidade da memória e amarra a memória da pessoa à do grupo; e, ainda, que a linguagem é o instrumento decisivamente socializador da memória.

Esta forma de analisar a memória questiona a teoria bergsoniana, uma vez que o princípio espiritual do passado torna-se relativo. O passado já não vai ser mais mantido no inconsciente de forma autônoma e inteira. A lembrança individual é acionada como resultado de uma influência da situação presente. O “lembrar” não é viver mais uma vez no inconsciente, mas um ato de reconstrução do que foi vivido no passado, utilizando elementos do hoje, tais como imagens e idéias. A lembrança é construída a partir das práticas sociais e representações do presente; mesmo sendo a

imagem que alguém tem da infância, uma vez lembrada, esta não é mais a mesma, conseqüência inevitável do processo de mudança intelectual e perceptiva sobre o qual todos os membros de uma sociedade são submetidos. Seja qual for a alteração sofrida pelo ambiente e conseqüentemente pela pessoa, esta acarreta uma transformação da memória. Assim, a memória “individual” sempre está relacionada à memória do grupo.

Sobre o tema da memória, é importante perceber que ela se coloca como uma evocação do passado, pois esta tem a capacidade de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total, porque o ato de lembrar conserva o que se foi e não retornará jamais. E isto se constitui como uma garantia da nossa própria identidade, o que nos faz perceber que a mesma se dá como sendo o “Eu reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos”. Os elementos constitutivos da memória são tomados de situações compartilhadas pelo grupo ao qual o indivíduo pertence (BOSI, 1987: 17)

A afirmação da coercitividade da memória coletiva, consubstancializada na vivência em comum de experiência, não é aceita por outros teóricos. Michael Pollak, diferentemente de Halbwachs (1990), compreende a memória como um campo de força e de conflitos. Enquanto Halbwachs nos fala de uma negociação entre memória coletiva e individual, Pollak percebe o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva e nacional. Haveria, pois, uma disputa de memórias que podem gerar crises, fazendo com que a memória subterrânea venha à tona. Nos momentos de conflitos, há a irrupção de ressentimentos e uma memória da dominação e de sentimentos “censurados” pode tornar-se pública. É como se as lembranças traumatizantes esperassem o momento certo para se expressarem e serem transmitidas oralmente, durante as gerações. O termo “campo de força” usado por Pollak significa lutas de processos e atores sociais na construção de uma memória e da identidade social. A perspectiva teórico-metodológica de Pollak reabilita a periferia e o que é marginal na história oficial, assim, não adere à visão de dominação exclusiva de um sobre outro, no campo da memória, mas à possibilidade de resistências constantes em um campo de forças materiais e simbólicas. O conflito, para Pollak (1989; 1992), não é pautado na dominação única e linear de um sobre outro, mas há resistências subterrâneas das memórias marginalizadas. Mesmo que o silêncio seja uma prática social utilizada por muitos indivíduos e grupos, isto não significa dizer que eles sejam passivos, conformistas, pode expressar uma forma de protesto silencioso. O silêncio sobre o passado não

é uma expressão de esquecimento, mas de resistência aos discursos oficiais e a memória enquadrada, que, segundo Pollak, é produzida por atores, instituições e grupos sociais que detêm posições de poder na sociedade⁵. Há, nesse silêncio, o objetivo de salvaguardar o passado vivido, reafirmando o sentimento de pertencimento a um certo grupo social. As lembranças escondidas no silêncio são protegidas por “estruturas de comunicações informais” e muitas vezes pelo fato do indivíduo / grupo social não encontrar escuta ou ter receio de ser exposto a mal-entendidos e a punições.

Para Pollak (1992), há diferença entre os acontecimentos vividos coletivamente e os vividos por tabela, aqueles não são vivenciados diretamente pelo indivíduo nem pelo grupo, mas é uma espécie de herança de um tempo já passado, mas que marcou o indivíduo ou o grupo. Além dos acontecimentos, as pessoas, os personagens e os lugares também irão constituir elementos da memória individual ou coletiva. No caso do indivíduo, existem locais, cuja existência na mente não se apóia em nenhuma base cronológica, por exemplo, a vivência de algum momento na infância, sem possuir necessariamente uma data específica.

Apoiado em Halbwachs, Pollak (1992), ao abordar a ligação entre memória e identidade social, considera o caráter seletivo da memória bem como a relação bastante estreita entre a memória e o sentimento de identidade.

“o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida

⁵ “Mas as pessoas não só falam, como também silenciam. É preciso estar atento para a escuta do não-dito. As áreas de silêncio podem ser tão eloquentes quanto as da fala, do mesmo modo que os desvios, quando a pessoa relata um acontecimento de um modo sabemos perfeitamente ser bem distante dos acontecimentos factuais. É como se diz, uma história mal contada. Ora, essa mal contada história contém uma verdade, nem que seja a do desejo de disfarçar algo. Podemos utiliza-la como ponte de partida de uma pista que vai nos permitir identificar a presença de algum jogo que, repito, não é só jogo do depoente, mas um jogo que implica todas as pessoas presentes naquela hora, inclusive o pesquisador. Mas essa implicação múltipla, longe de representar um empecilho, pode, pelo contrário, desde que devidamente levada em conta, oferecer os meios de chegarmos mais perto da história que queremos reencontrar” (AUGRAS, 1997: 32-33).

da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992: 204)

Na construção da identidade, Pollak, considera três elementos essenciais, O primeiro deles é o que chama de “unidade física”, que se constitui no reconhecimento de fronteiras de caráter físico ou de pertencimento a um grupo; segundo, a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (POLLAK, 1992: 204).

Bourdieu, na mesma perspectiva de Pollak, afirma que o relato de vida, apoiado no trabalho da memória, busca construir uma narrativa coerente que articule passado, presente e futuro. Assim o investigador tem o mesmo interesse em aceitar o “postulado do sentido da existência narrada”

“O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos, em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário” (BOURDIEU, 1996: 184)

A biografia remete, também, às diferenças entre o vivido e o narrado, entre o vivido e a lembrança. Como bem afirma BOSI (1994): “lembrar não é reviver, mas refazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora, é sentimento, é reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”. Assim, é importante ressaltar a diferença entre o vivido e o recordado, conforme, também, coloca Amado (1995: 131):

“Parece-me necessário, antes de tudo, distinguir entre o vivido e o recordado, entre experiência e memória, entre o que se passou e o que se recorda daquilo que se passou. Embora relacionadas entre si, vivência e memória possuem naturezas distintas, devendo assim ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o

substrato da memória, esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência.”

Ao se trabalhar com narrativas, estamos lidando com o imaginário dos indivíduos, portanto, é importante, também, considerar esta dimensão:

“A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados de indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm. Negligenciar essa dimensão é revelar-se ingênuo ou positivista. Ignorá-la, como querem as concepções tradicionais da história, relegando a plano secundário as relações entre memória e vivência, entre tempos, entre indivíduos e grupos sociais e entre culturas, é o mesmo que reduzir a história a uma sucessão de eventos dispostos no tempo, seccionando-a em unidades estanques e externas; é o mesmo que imobilizar o passado nas cadeias do concreto, do “real”, em que, supostamente, residiria sua “verdadeira natureza”, que caberia aos historiadores “resgatar” para a posteridade” (AMADO, 1995: 135).

A narrativa sobre a vida tem uma boa pitada de subjetividade do narrador. Por isto, além da importância do trabalho da memória para a demarcação de identidades individual, familiar ou do grupo, é importante perceber que ela se expressa não apenas nos fatos, acontecimentos relatados, mas também na forma como os homens e mulheres narram sobre suas vidas. Alguns narram com bastante espontaneidade, alguns silenciam e outros, ainda, respondem a estímulos externos.

MEMÓRIAS DA INFÂNCIA: EXPERIÊNCIAS DE RELAÇÕES ENTRE PAI, MÃE E FILHOS (AS)

Nas famílias de camponeses, a iniciação no trabalho ocorre em geral a partir dos 7 anos de idade, sendo que em torno de 13-14 anos, os adolescentes já tem habilidades para todas as tarefas agrícolas (HEREDIA, 1979; MENEZES, 2004; NASCIMENTO, 2003). A inserção de jovens desde tenra idade no trabalho familiar demonstra que esta fase da vida não pode ser compreendida como “marginalização”

produtiva, porém, trata-se de uma vida produtiva ativa⁶. Segundo alguns autores (HEREDIA, 1970; STANEK, 1998a, 1998b), as crianças e jovens trabalham com os pais na agricultura até casarem e não tem autonomia nem na organização das tarefas, nem na apropriação da produção, pois a prioridade são as necessidades da família e não de cada membro individualmente.

A cooperação entre os diversos membros – mãe, pai e filhos (as) - nas diversas tarefas do trabalho agrícola e doméstico indicam a harmonia e o equilíbrio familiar. No entanto, a família é também um espaço de tensões, dominação de pais sobre filhos (as), em que são negociados os papéis sociais, os interesses, desejos e necessidades específicas de cada membro. Vários estudiosos chamam atenção para este aspecto, tal como Stolke (1986: 349), que, ao estudar a transição do trabalho familiar para o trabalho assalariado na cafeicultura em São Paulo, identifica a necessidade dos estudos observarem os conflitos e tensões existentes na família.

“Na década passada, pesquisas sobre a evolução da família de trabalhadores e da hierarquia sexual na sociedade capitalista indicava a contribuição dada à reprodução barata de força de trabalho pela família e pela função doméstica das mulheres. Ainda assim, nesses estudos não se prestou atenção às tensões geradas no interior da família trabalhadora pelo desenvolvimento capitalista. Uma recente discussão sobre o significado político da persistência da família trabalhadora na sociedade capitalista em particular para a condição das mulheres, tornou explícita a contradição contida numa instituição que é fonte da subordinação das mulheres e, no entanto, ao mesmo tempo, é capaz de oferecer apoio e solidariedade aos membros da família para fazer frente à miséria econômica”.(STOLKE, 1986: 349)

A preocupação de Stolke volta-se mais para a relação de gênero com a posição subordinada da mulher, no nosso caso, as narrativas ao tratarem privilegiadamente da infância ressaltam as relações de autoridade dos pais em relação aos filhos e filhas. Gostaríamos, de reter,

⁶ CARNEIRO (2005: 244) analisando os dados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” mostra que “não são apenas os jovens rurais que estão envolvidos com o mundo do trabalho. A maioria dos jovens (da cidade e do campo) consultados pela pesquisa integra a PEA (70%), ou seja, está trabalhando (36%), já trabalhou e encontra-se desempregado (32%), ou nunca trabalhou, mas está procurando trabalho (8%).”

no entanto, a ênfase dada por Stolke à família como espaço de tensões e não só de coesões.

Preocupado com a questão da herança do patrimônio camponês, Woortmann (1990: 51) compreende que a hierarquia familiar é um dos componentes centrais da ordem moral camponesa, sendo a família um locus de inúmeras tensões, decorrentes do princípio da unigenitura. Esta hierarquia expressa-se, muitas vezes, em relações autoritárias, que desencadeiam ressentimentos, mágoas e até distanciamentos na relação entre pai, mãe e filhos (as).

A seguir, analisamos alguns fragmentos das narrativas de homens e mulheres, que tratam de suas experiências com o pai e mãe⁷.

Joana nasceu no dia 09 de outubro de 1943 e casou-se no dia 28 de fevereiro de 2865. Como várias pessoas do seu sítio, ela e o marido trabalham de reideiros nos sítios circunvizinhos. Não teve oportunidade de estudar, se dedicando apenas ao trabalho no roçado e na casa. Joana teve 7 filhos, com idades entre 22 e 36 anos em 2001, ano em que a entrevista foi realizada. Devido às dificuldades financeiras, Joana continua trabalhando na agricultura, mostrando ser uma pessoa passiva e adaptada às ordens – seja dos seus pais quando solteira ou do seu marido – ressaltando o sofrimento na sua infância e o quanto o seu pai era ruim:

“Ah, minha filha, minha vida nunca foi fácil.

Desde pequena que eu nasci sofrendo e vivi sofrendo.

Sofri muito... A gente trabalha sabe, num tinha tempo, trabalhava de todo jeito.

Muitas vez eu ia pro roçado doente, fazia chá de folha de mato. Porque meu pai também, num foi muito bom pra mim não.”⁸

(...) Mas hoje já tô cansada, velha, mas tenho assim um descanso, mas minha vida foi horrível, né. Meu pai era carrasco, botava nós pra trabalhar, trabalhava, tinha que trabalhar que gostasse ou não gostasse, de todo jeito que tivesse, se tivesse menstruada tinha que ir pro roçado, não tinha isso não, trabalhava arrancando mato debaixo da chuva e debaixo do sol, minha vida foi essa. Eu não vou negar... a minha vida que foi... uma vida maravilhosa, porque não foi.

(...) Depois que eu me casei, sempre tive uma vida mais melhorzinha, mas depois meu marido bebeu muito, e tirou muito minha paciência, agora deixou de beber, tá sempre melhor um pouco, mas já estamos cansados no fim da vida, né.”

⁷ Todos os nomes de mulheres e homens mencionados no texto são fictícios.

⁸ D. Nana – sítio Salvador – entrevista 37, fita 9.

O que mais Dona Joana lamenta ao recordar do tratamento do pai era o fato dele não respeitar o dia da menstruação, período considerado pelas mulheres como de doença ou abstinência de chuva e sol. A frase “meu pai era carrasco” simboliza uma imagem de pai autoritário, que, atua, algumas vezes de forma violenta, de modo a socializar seus filhos e filhas através do disciplinamento dos seus corpos e dos respectivos usos do tempo. A não abstenção do trabalho durante a menstruação emerge como um símbolo de uma organização do trabalho, que confronta-se com outras regras culturais do grupo. É importante também observar que a realização do trabalho em condições adversas do tempo indica a extensão dos limites do uso social do tempo. A narrativa de Dona Joana de que “trabalhava arrancando mato debaixo da chuva e debaixo do sol” nos revela os modos como relações sociais de dominação no âmbito do trabalho familiar extrapolam o tempo e limite ambiental. O exercício dos poderes material e simbólico no cotidiano doméstico permite a construção de uma noção de tempo de trabalho cujos limites ultrapassam situações promovidas pelo ambiente, chuva ou sol extremos, subjugando assim os limites físicos dos indivíduos e da natureza⁹.

Outras mulheres e homens constróem uma imagem semelhante à do “pai carrasco”. A senhora Maria da Paz nasceu no dia 30 de Maio de 1937, casando-se aos 19 anos no dia 23 de Dezembro de 1956, constituindo uma pequena família de três filhos. Ela conta do “pai estúpido ignorante” e que se sentia “escrava”

M: – Seus pais deixavam a Senhora brincar com seus irmãos nas horas de folga?

Sra. Maria da Paz – Meu pai não deixava nós brincar nem de boneca, nunca gostou que a gente brincasse, não gostava que a gente saísse pros cantos com mais ninguém, ele não queria que nós saísse, não tinha amigo (...) era pra viver uma escrava, sabe! Era uma escrava, eu lá na minha casa, era doze pessoas, doze filhos com ele treze, e minha mãe quatorze. Eu na segunda-feira, meio dia da segunda-feira, por pouca roupa que tivesse era roupa né?! é pra lavar roupa e o lençol desse povo todinho na segunda-feira quando eu demorava, voltava pra lavar uns panos que não dava pra lavar na segunda e lavar na terça dizia

⁹ Agradecemos ao Dr. Rodrigo Martins pela introdução da análise dos usos sociais do tempo no presente texto.

que eu tava com preguiça. É minha filha, a vida, minha vida, foi uma vida que eu só quis casar pra ver se melhorava.

M: – E estudar, ele deixou vocês estudarem?

Sra. Maria da Paz: Estudar, estudar... eu estudava se fosse por conta da gente, você não tá vendo eu dizer, que ia pro roçado, de lá apanhava a fava, botava no saco prá quando vim trazer, na cabeça, e a roupa da escola era uma coisa azul, uma saia azul e uma blusinha branca, a gente tirava pra não sujar, nós tirava e botava na boca do saco de fava. Prá estudar eu sei umas linhas, fazia meu nome, fazia minhas cartas, nem sei porque, mas que se interessasse, não se interessava não, porque pai era muito... **meu pai é meu pai, eu gosto dele, ele ainda hoje é vivo, ele é muito estúpido e ignorante. (grifo da autora)**

M: – Ele ainda é vivo?

Sra. Maria da Paz: É vivo oitenta e quatro anos?

A imagem do pai como “estúpido e ignorante” se associa à obrigatoriedade do trabalho das crianças e o impedimento para que elas não brincassem e o controle em mantê-las em casa. A Sra. Joana e a Sra. Maria da Paz, embora narrem que tenham se submetido à dominação do pai até que se casassem, ao construírem uma imagem do pai como “estúpido, ignorante ou carrasco” estão explicitando, ao nível do imaginário, uma não aceitação do pai autoritário.

A Sra. Maria da Paz e a Sra. Joana não contam sobre estratégias que tenham utilizado ou que outros irmãos faziam para resistirem às formas de dominação do pai, no entanto, a Sra. Josefa, irmã da Sra. Joana, narra várias estratégias utilizadas para sair de casa, ir às festas, chegando até a querer migrar para o Rio de Janeiro em um período em que era rara a migração de mulheres solteiras, como mostramos no fragmento abaixo:

Sra. Josefa: Eu arrumei as minhas malas duas vezes (risos), pra ir trabalhar nas cozinhas dos outros e mãe chorando e eu contente pra ir embora.

Marilda: _ Então a senhora tentou sair de casa?

Sra. Josefa: Eu tentei, mas não sai (...).

Marilda: Com que idade, Dona Josefa, a senhora fez isso?

Dona Josefa: Com dezesseis anos. Com preguiça de trabalhar no roçado. Porque trabalhar na agricultura é ruim mesmo, porque tem formiga miudinha e quando ela pegava a gente, a gente ficava todo encalombado, se coçando (...), e eu ficava chorando, ficava agoniado

dizendo que ia embora, que ia embora, que não trabalhava mais, mas mãe não deixava.

Marilda:_ A senhora tinha vontade de sair, naquela época não era muito comum as meninas saírem para trabalhar fora?

D. Josefa:_ Era nada, as mães não deixava não. Outro dia eu inventei de ir pro Rio, meu irmão mais velhos também mandavam no menor?

Marilda:_ Os irmãos mais velhos também mandavam no menor?

D. Josefa:_ Mandavam. Eles não deixavam a gente sair pra todo canto não. Os meninos lá de casa, quando eles saíam pra um canto assim, eles carregava a gente. Pai não deixava, mas eles levavam. Mas também levava, a gente não tinha chance de sair pra canto nenhum, tinha que ficar ali com eles. Não tinha chance de juntar com amiga nenhuma, mas pelo menos carregava, nera? (risos). Dava uma passeadinha quando ia pra uma festa, um forró, um bar, mas não dançava com ninguém.

Dona Joana também conta da exigência de trabalho pelo pai, o que a impedia de estudar, embora sua mãe queria que as filhas estudassem durante o dia.

D. Joana: Porque ela (a mãe) queria matricular eu de dia, ajeitou tudo e ele disse que não fosse. Aí ela ia, aí eu estudei três meses, aí ele disse não, estudar de noite, aí ele foi lá na escola e mudou pra eu estudar de noite. Trabalhava de manhã, chegava do roçado só era tomar um banho, trocar de roupa, chegava doze horas da noite. Era que jantava, ia dormir e de manhã ir para o roçado.

M.:_ A senhora aprendeu a ler?

D. Joana: Aprendi soletrar, agora não escrevo bem porque a minha vista é ruim. Mas assim, escrever cartas eu escrevia

Existindo ou não formas concretas de não aceitação das formas de dominação do pai, entendemos que a imagem construída na narrativa se constitui como uma prática cotidiana de resistência nos termos formulados por Scott (1985, 2002)¹⁰, que incluem ações dissimuladas, invisíveis ou expressões da linguagem ou da imaginação.

As lembranças de pais autoritários, também, foram recorrentes nas narrativas registradas por Peixoto entre mulheres de camadas populares de mais de 60 anos do Rio de Janeiro:

¹⁰ Ver também o artigo MENEZES (2002b)

“Mas a evocação de uma **vida difícil** (68% das mulheres) não se restringe ao trabalho infantil, pois nem todas o exerceram. Ela remete, principalmente, à lembrança de relações familiares conflituosas, de pais severos e autoritários e mães castradoras: “Quando a gente cometia um erro, ele (pai) nos fazia repetir o mês inteiro. Para mim, estava me xingando, era uma maneira de me agredir... meu pai não batia nem agradava, mas só com a presença dele a gente tremia até os intestinos, sem ele brigar, só pela autoridade. Mas minha mãe era de bater todo dia, três vezes ao dia...” (Rachel).

Peixoto (1997: 152) entende que “nessas lembranças dolorosas, são as relações com os irmãos, os avós ou os padrinhos que permitem a construção de uma imagem positiva da família e contribuem para a reconstrução de uma representação coerente de seu passado ou de si mesmas”

Em geral, tanto homens como mulheres constróem imagens positivas das mães, com exceção de Dona Ivanize que narra sobre a ignorância da mãe, que era separada do marido:

Maria - E se não quisesse trabalhar o que ela dizia

D. Ivanize - tinha que ir com ignorância, porque tinha que ajudar a ela. Só ela sozinha. Levantava bem cedo, brotava uma enxada nas costas e ia limpar mato dos outros, prá dá de comer agente porque era ficando maiorzinho tinha que ajudar a ela.

Maria - E quando não obedecia é aí?

D. Ivanize - Agente nunca desobedecia a ela não, ela mandava fazer assim e era assim que agente ia fazer, nos outros tempos eram diferente da senhora.

Maria - E agora o que acontece.

D. Ivanize - Agora acontece que manda um filho fazer isso e termina não indo.

Maria - E não vão mesmo não.

D. Ivanize - Vai, na minha volta tem que ir.

Maria - Quando eles não querem ir o que a senhora faz?

D. Ivanize - Obrigó a ele, ou vai ou meto o cassete.

Maria - A senhora apanhava quando era criança.

D. Ivanize - Apanhei. Apanhei. Porque eu era muito briguenta, um dia eu levei uma pisa porque tirei sangue da cabeça de um menino.

Maria - Como assim?

D. Ivanize - Quando agente era pequeno, a minha mãe vendia verdura, assim no sábado ali em Campina. Pegava quiabo e tomate e ia vender lá em Campina para arrumar mais um dinheiro para ajudar, para não ver

agente passar fome, e tinha outra vizinha que vendia lá um bocado de coisa, ela disse leve para vender no meu banco.

Trabalhava a semana e no Sábado ia com essa mulher, minha prima vinha e botava a comida prá gente, porque agente era pequeno, não podia tirar a panela do fogo, porque não tinha fogão a gás nem nada, ela botava a comida da gente e íamos comer, aí vinha ele e vinha fazer xixi dentro do prato da gente, aí não dei mole não, danei-lhe a mão e ele caiu para cá, aí tirei sangue dele. Quando cheguei dentro de casa, meu pai me deu uma surra, só foi a vez que meu pai morava mais agente que ele bateu em mim. Me deu duas lapadas somente, morreu e não bateu mais porque saiu de casa.

Maria - E por que ele saiu de casa?

D. Ivanize - Por causa da cachaça, ele bebia demais e maltratava muito agente, aí ele arranjou outra e não procurou mais agente não. Quando ele morreu, ele tava com 18 anos separado de mim.

Se D. Joana, Josefa e Maria da Paz constróem imagens negativas do pai, outros homens e mulheres, embora narrem sobre a educação rígida, valorizam a atitude dos pais. Temos, como exemplo, a narrativa de Sr. Antonio, que nasceu no dia 30 de abril de 1948, casando-se no dia 24 de abril de 1972 e tem 6 filhos.

L: E como era a relação do senhor com os seus pais, senhor Antonio?

Sr. Antonio: Eu acho que era boa, porque era o seguinte: naquele tempo a gente escutava muito os pais, fazia o que os pais mandavam, se fosse possível minha mãe mandava me castiga, torava um cipó, eu lá cortava e dava para ela, prá ela me bater, hoje não cria mais filho como antes, não, se o cabra mandar pegar o cipó prá bater, meu amigo, “vai embora”.

L: ela batia no senhor, então?

Sr. Antonio: Batia longe. Mais às vezes batia.

L: E o seu pai?

Sr. Antonio: Papai nunca me bateu não, prá não dizer, ele me bateu uma vez, me deu umas lapadas com a vassoura seca, mas nem doeu, mas eu chorei mais do que se tivesse doído, só de desgosto.

L: chorou só de desgosto?

Sr. Antonio: só de desgosto só, papai nunca me bateu não.

L: Nem dava castigo?

Sr. Antonio: Não. Não ele deixava, eu fazia as coisas erradas ele reclamava, mais isso mesmo para trabalhar, quando eu tava assim com 9,10,12 anos as crianças já iam trabalhar para ajudar na renda de casa, mas essa parte nunca aconteceu comigo. Eu trabalhava era mais ele,

nunca exigia para mim trabalhar em serviço de ninguém e isso eu agradeço a Deus e a ele. As coisas eram muito difícil.

A obediência aos pais ocorria pelo respeito e aceitação à autoridade do pai, no entanto, as punições físicas eram recorrentes. Estas lembranças são reavivadas a partir do contexto presente onde os filhos não mais obedecem aos pais como em tempos anteriores e as punições físicas já não tem mais a mesma legitimidade. A obediência expressa a eficácia da relação de dominação do pai e mãe sobre os filhos (as), pois, nos termos de Weber (1999a: 33) “Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”. A relação de dominação não pressupõe necessariamente obediência, mas uma probabilidade de que ela ocorra. A eficácia da dominação é quando o indivíduo ou grupos sociais obedecem a determinada ordem ou cumprem efetivamente algum mandato orientado por motivações, como interesses materiais, regras sociais, valores e afeto (WEBER, 1999a: 139-140). No entanto, para Weber, o decisivo na eficácia da dominação não é propriamente as motivações dos indivíduos que obedecem, mas a legitimidade da autoridade e do poder de mando por parte dos dominados. Assim, a dominação torna-se efetiva na medida em que os dominados assumem o próprio conteúdo do mandado como máxima de suas ações (WEBER, 1999b: 191). Em outros termos, o decisivo na relação de dominação é que a pretensão de legitimidade seja válida em grau relevante e determine a natureza dos meios de dominação escolhidos. O fragmento “naquele tempo, a gente escutava muito os pais, fazia o quê os pais mandava, se fosse possível minha mãe mandava me castiga, torava um cipó, eu lá cortava e dava para ela, prá ela me bater” mostra como a pretensão de legitimidade da autoridade do pai e mãe se efetiva na mentalidade do filho que incorpora em sua ação a natureza dos meios de dominação escolhidos, no caso, a punição através de castigos físicos. Assim, o uso da violência como estratégia permanente de obediência revela, de certa maneira, a robustez de uma modalidade de autoridade que precisa ser reiteradamente anunciada bem como seu caráter repressivo¹¹.

¹¹ Agradecemos ao Prof. Dr. Rodrigo Martins por ter-nos chamado a atenção para a importância da análise weberiana da dominação e autoridade para compreender a relação entre pais e filhos em famílias camponesas.

A narrativa de Sr. Antonio e sua esposa sobre a eficácia da autoridade do pai e mãe é tecida no período em que estavam com dificuldades com o filho caçula de 14 anos, que não se dedicava aos estudos, apesar de todo o esforço dos pais. Em uma das últimas visitas que fizemos à sua casa em dezembro de 2002, ele e sua esposa nos pediram para aconselhar o filho no sentido de valorizar o estudo. A experiência do presente como pais é a referência a partir da qual relembram o passado, ou seja, das formas de relacionamento entre pai, mãe e filhos (as). Assim, o passado não expressa o fato assim como foi vivido, mas uma compreensão daquela experiência a partir do presente (HALBWACHS, 1990; BOSI, 1987)

Muitas narrativas de homens e mulheres, apesar da vida difícil trabalhando desde criança, lembram com alegria o carinho, o aconchego do pai¹². Terezinha G. da Silva, nasceu no dia 13 de Maio de 1942, casando-se aos 19 anos e tem 8 filhos. Ao falar do passado, D. Terezinha o recorda com muita saudade, relatando que apesar de perder a sua mãe ainda muito jovem – 1958 – e ter que terminar de criar seus 9 irmãos mais novos, ela relata que sua infância foi muito boa. Pois passou a ter uma boa relação com seu pai, já que ele não arrumou nenhuma outra mulher até ela se casar. Contudo, ao mesmo tempo que recorda com saudade a sua juventude, ela destaca que trabalhou muito quando solteira e depois de casada, para poder ajudar seu pai e seu marido, chegando muitas vezes à trabalhar doente, para assim, conseguir manter a sua família enquanto seu marido trabalhava no Rio de Janeiro.

E: Dona Terezinha, como foi sua vida de criança?

D. TEREZINHA: _ Eu fui criada com pai e minha mãe, mas como naqueles tempos era um tempo muito ...não dormia bem, não tinha dormida boa; né? Não tinha comida, tinha comida assim, né? Mas no ano que não lucrava era uma crise medonha, era uma tristeza, não era? Meu pai tinha nove filhos aí era quatro mulheres e cinco homens, a gente ia pra escola, mas era uma coisa tão fraca que a gente via . Ninguém conseguiu aprender, hoje tem dois que não sabe nem assinar o nome, eu sei assinar o nome, mais pouco. É quatro que não sabe

¹² PEIXOTO (1997:152) também identifica relatos de relações positivas com os pais: “Mas nem só de sofrimento são compostas essas memórias. Há relatos (32%) que estão associados a um contexto de relações familiares afetivas, a sensações de aconchego: “tive uma vida maravilhosa, até hoje me traz uma recordação gostosa, tanta saudade”

assinar o nome: É Antônio, Maria José, Sebastião não sabe assinar o nome não. Aí o resto tudo sabe assinar o nome assim. Mas era um tempo muito fraco aquele, o povo diz que hoje esse não é tempo não, tá certo porque hoje tem muita coisa que não...assim, tanta novidade que aparece no mundo, mais o tempo melhor é esse. No tempo que eu me criei, que minha mãe morreu, ela morreu em 58, no mês de santana de 58. Aí ficou nove filhos.

Dona Terezinha fala do passado como “um tempo muito fraco aquele (...) no tempo que eu me criei, que minha mãe morreu, ela morreu em 58, no mês de santana de 58”, porque não tinha comida e a escola era fraca. A imagem do pai é de “um homem muito bom”, que apesar da esposa ter falecido, assumiu com responsabilidade e carinho o cuidado dos filhos menores em cooperação com os filhos maiores, incluindo Dona Terezinha que cuidava de cinco irmãos menores. Ela ressalta a imagem de “pai bom” porque “não batia e valorizava os estudos”. Sendo ela a filha mais nova, é parte da divisão social do trabalho na família camponesa, poupar os filhos mais novos do trabalho e priorizar o estudo. Esta posição na família permitiu a Dona Terezinha se alfabetizar e aprender alguns trabalhos manuais, como costurar e pintar, o que a diferencia em termos de capital cultural, da situação mais geral das mulheres entrevistadas, cujas trajetórias de vida foram essencialmente marcadas pelo trabalho agrícola na infância e ausência de alfabetização e de aprendizado de trabalhos manuais. A imagem da madrastra é de uma pessoa mesquinha, que maltratava a enteada. No entanto, o pai tentava manter o controle sobre o bom tratamento aos filhos (as), o que, difere de outros casos, em que os filhos (as) são cuidados pela madrastra, que é representada, em geral, como uma pessoa mesquinha, autoritária, exploradora dos enteados. Tal é o caso da história narrada por Dona Rita:

Dona Rita, 40 anos, 4 filhos, apesar de ter perdido a mãe aos 5 anos de idade, tem uma imagem do pai como bom:

M: quando seu pai era vivo, ele fazia questão que a senhora trabalhasse? Não?

RITA: Não. Ele não explorava não. Meu pai, graças a Deus, ele sempre botava a gente para trabalhar, porque ele era pobre, mas ele não explorava a gente no trabalho não. A gente trabalhava assim, quando podia, porque a pessoa que é pobre tem que criar os filhos trabalhando pouco, porque de tarde tinha que estudar. O pouquinho que agente

aprendeu deve a ele, porque agente se criou sozinha sem mãe, criei com minha irmã de 15 anos, foi quem terminou de me criar.

Esse fragmento da narrativa de Dona Rita demonstra uma diferenciação importante entre trabalhar – por necessidade da cooperação familiar e ser explorado – quando se trabalha forçado pelo pai.

RELAÇÕES PAIS E FILHAS(OS): PADRÕES DE COMPORTAMENTO E TRANSGRESSÕES

Os fragmentos das narrativas dos homens e mulheres sobre a infância em famílias camponesas mostram, a nosso ver, a importância de se compreender que a família camponesa é uma unidade de produção familiar, mas também um espaço moral e afetivo. Ao lembrar do passado, homens e mulheres situam-se em um campo de forças e de conflitos (POLLAK, 1989; 1992), em que alguns fatos são lembrados, outros esquecidos e outros não dizíveis, pois, constituem, muitas vezes, memórias traumatizadas¹³. Os homens e mulheres ao serem entrevistados registram para o pesquisador, experiências que são transmitidas na família e nos grupos sociais aos quais pertencem. Muitas vezes, o contexto de interação social, entre pesquisador e sujeitos da fala, pode revelar-se como propício para a emergência de fatos, experiências, traumas não revelados, porque são traumatizantes, vergonhosos ou difíceis de serem dizíveis.

A diversidade de experiências dos homens e mulheres mostra que não há um padrão único da relação hierárquica entre pais e filhos (as), mas ela é vivenciada de diversas formas, em algumas famílias, ocorrem casos de pais autoritários identificados como “carrascos”, em outros casos, a educação das crianças através do trabalho é enaltecida como um valor importante na socialização e na construção de homens e mulheres dignas e honradas na família e em seus grupos sociais.

¹³ Agradecemos a leitura criteriosa do Prof. Rodrigo Martins e citamos a seguir o seu comentário: " Em *L'expérience concentrationnaire* (Paris: Éditions Métailié, 2000) POLLAK trata, dentre outros, das várias faces do não dizível. Além da memória traumatizada, ele aponta ainda o não-dizível como memória naturalizada/cristalizada. Justamente por ser naturalizado, aparentemente evidente, o narrador não menciona, por não significar conteúdo, algo dizível".

Quando alguém narra sua própria história, busca reunir os elementos dispersos de sua vida pessoal e agrupá-los em esquema de conjunto, tentando conseguir uma expressão coerente e total, dando sentido à sua história de vida, pois não se pode reviver algo, mas reconstruir os fatos do passado (HALBWACHS, 1990; BOSI, 1987).

Embora a memória seja social, como bem enfatiza Halbwachs, se concretiza quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. Assim, concordamos com Portelli quando compreende que a:

“A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas - assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes - exatamente iguais (...) Assim, a história oral alia o esforço de reconstruir padrões e modelos à atenção às variações e transgressões individuais concretas” (PORTELLI, 1997: 16)

Portelli chama atenção para as “variações e transgressões individuais”, enquanto que Bourdieu está preocupado em compreender como as consciências individuais operam através de um substrato coletivo ou de instituições de totalização e de unificação do eu. Ele encontra na noção de habitus o princípio ativo da unificação das práticas e das representações. E explica a narrativa na relação do habitus com um mercado:

“as leis que regem a produção dos discursos na relação entre um habitus e um mercado se aplicam a essa forma particular de expressão que é o discurso sobre si; e o relato de vida varia, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, segundo a qualidade social do mercado no qual é oferecido – a própria situação da investigação contribui inevitavelmente para determinar o discurso coligido” (BOURDIEU, 1996:189).

A idéia de mercado de Bourdieu se aproxima da colocação de Pollak sobre a relação entre memória e identidade. O que e como se relata se referencia pela imagem que o narrador tem de si mesmo e pelo desejo de responder à expectativa do outro - que pode ser o investigador ou outros para quem o discurso se dirige. Portanto, trata-se da identidade possível de ser construída no campo social onde se situa o narrador.

Há grande proximidade entre Bourdieu e Pollak ao compreenderem a construção da identidade através da memória como um jogo de negociações em um espaço demarcado por sujeitos sociais em posições diferenciadas. Portelli, embora considere, que a memória seja uma possibilidade de reconstruir processos, modelos, regras, está bastante atento às “variações e transgressões individuais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias de homens e mulheres em famílias camponesas sobre sua infância revelou-se como um instrumento metodológico para compreender a construção de suas identidades. Gostaríamos de destacar dois aspectos, o primeiro, é a centralidade da ética do trabalho como símbolo de identidade que garante uma continuidade entre o passado da infância, o presente enquanto trabalhadores dignos e honrados e o futuro de seus filhos, cuja socialização também se orienta pela ética do trabalho. Assim, os fragmentos selecionados do passado compõem a construção da imagem que os indivíduos constroem de si mesmos e que pretende atuar como representação para o outro, como nos ensinou Pollak, (1992:204) ou, como nos diz Bourdieu, é o “eu reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos”. O segundo aspecto é que a memória é um recurso metodológico para compreender a formação do habitus do grupo social, em que modelos de organização social, valores, regras sociais e mentalidades são constituídas, mas, também, para identificar as transgressões, questionamentos e resistências praticadas pelos sujeitos sociais.

Além da análise proposta no presente artigo, entendemos que os estudos de memória podem se constituir em um campo fértil da sociologia rural, especialmente na reconstrução da experiência singular e diversa dos sujeitos sociais que vivenciaram movimentos camponeses de luta pela terra ou contra as formas de exploração do trabalho. Ao entendermos que as memórias são conflitivas e que os sujeitos sociais lutam simbolicamente para legitimar suas versões sobre os fatos e episódios históricos, o estudo da memória pode contribuir para compreendermos as múltiplas faces da experiência social de indivíduos e grupos sociais agrários e, assim, problematizar as versões hegemônicas ou homogêneas, construídas pelos profissionais da memória, como os historiadores, políticos, e grupos hegemônicos de sindicatos, partidos e outras organizações políticas.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, J. *O grande mentiroso*: tradição, veracidade e imaginação em história oral. Revista História. SP, Ed.UNESP, v. 14, 1995, p. 125-136
- AUGRAS, Monique. História Oral e subjetividade In: VON SIMSOM, O.R.M. (org) *Os Desafios Contemporâneos da História Oral*. Ed. Unicamp, SP, 1997.
- BARROS, M.M.L. Memória e família. *Estudos Históricos*, vol. 2, n.3, 1989.
- BARROS, M. M. L. Densidade da memória, trajetória e projeto de vida. *Estudos Feministas*, vol. 5, nº1, IFCH/UFRJ, RJ, 1997, p. 140-147.
- BENMAYOR, R. & SKOTNES, A. Some reflections on migration and identity. In: BENMAYOR, R. & SKOTNES, A. (eds.) *Migration and identity*. International yearbook of oral history and life stories, vol. III, Oxford: Oxford University Press, 1994, p. 1-18.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 3ª.ed.Petrópolis, Vozes, 1999
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. (org.), *Usos e abusos da história oral*. RJ: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp.183-192
- BOSI. E. *Memória e sociedade*. lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BOZZOLI, B. History, experience and culture. In: BOZZOLI, B.(ed.) *Town and countryside in the Transvaal*: Capitalist Penetration and Popular Response, Cape Town: Ravan Press Ltd, 1983, p.1-47.
- CHAMBERLAIN, M. Family and identity: Barbadian migrants to Britain. In: BENMAYOR, R. & SKOTNES, A (ads.), *Migration and identity*. International yearbook of oral history and life stories, vol. III, Oxford: Oxford University Press, 1994, p. 119-135.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo. Editora Vértice, 1990.
- HEREDIA, B. *A morada da vida*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- MENEZES, M.A. *Socialização de meninos e meninas em famílias camponesas – 1960 à 1990*”. 2000, (Mimeo).
- MENEZES, M.A. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Campina Grande, n.21, p.32-44, 2002.
- MENEZES, M.A *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*. JP: ED. UFPB/ RJ: Relume Dumará, 2002
- MENEZES, M.A. Memória de infância de homens e mulheres camponeses. *Trajeto*. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 2, n.3, 2002, p.185-207
- MENEZES, M.A.; OLIVEIRA, M.G.C. & MIRANDA, R.S. *Juventude em Assentamentos rurais*. Trabalho apresentado na 24ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Recife. Fórum de Pesquisa 09: Família contemporânea: relações intergeracionais e de gênero, junho de 2004.
- MINTZ, S. *Worker in the cane*. A Puerto Rican life history. New Haven: Yale University Press, 1960.
- NASCIMENTO, K. *O trabalho das crianças nas famílias camponesas*. Dissertação de. Mestrado. Campina Grande, UFCG, 2003.
- POLLAK, M. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos (Memória)*, RJ, vol.2, no. 3, 1989, pp. 3-15

- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricas*, RJ, n.10, CPDOC, FGV, 1992
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo (15), abr. 1997, p. 13-49
- SCOTT, J.C. *Weapons of the week: everyday forms of peasant resistance*. Massachusetts: Yale University, 1985.
- SCOTT, J.C. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.
- SILVA, M.A.M. & ENEZES, M.A.M. Migrantes temporários: fim dos narradores. *NEHO - História*. Revista do Núcleo de Estudos em História Oral. n.1, novembro 1999
- STANEK, O. As estratégias familiares. IN: LAMARCHE, Hugues (coord.) *A agricultura familiar*. Do mito à realidade. Campinas, UNICAMP, 1998a. p. 119-148.
- STANEK, O. O trabalho familiar agrícola e a pluriatividade. IN: LAMARCHE, Hugues (coord.) *A agricultura familiar*. Do mito à realidade. Campinas, UNICAMP, 1998b. p.149-173.
- STOLKE, V. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. SP: Ed. Brasiliense, 1986.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria*. São Paulo: Brasiliense; UNESP, 1978.
- THOMPSON, P. *The voice of the past*. 2a.ed. Oxford: Oxford University Press, 1988
- VAN ONSELEN, C. The reconstruction of a rural life from oral testimony: critical notes on the methodology employed in the Study of a Black South African Sharecropper. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 20, n.3, April 1993, pp. 494-514.
- WEBER, M. Economia e Sociedade. vol.1, 4ª. edição. Brasília: Ed.UnB e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999a.
- WEBER, M. Economia e Sociedade. Vol.1 Brasília: Ed.UnB, 1999b.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, January-June 1990, p. 35-51.
- WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia. O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, nº 87, 1990b, p.11-72.